

**COMISSÃO MISTA DESTINADA À APRECIÇÃO DA MEDIDA  
PROVISÓRIA Nº 849, DE 2018.**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 849, DE 2018**

*Posterga e cancela aumentos  
remuneratórios de pessoal civil da  
administração pública federal para  
exercícios subsequentes.*

**EMENDA SUPRESSIVA Nº**

Suprima-se o art. 15, e por consequência o Anexo XXXI da Medida Provisória nº 849, de 2018.

**JUSTIFICAÇÃO**

Objetivo da presente Emenda é cancelar a suspensão do aumento para a CARREIRA DE ESPECIALISTA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, mantendo, assim, o aumento previsto para acontecer em 1º de janeiro de 2020.

Ao contrário de outras proposições atinentes a direitos e obrigações de servidores públicos, a Medida Provisória nº 849/2018 repetiu o erro da malfadada MP 805/2017: com base em alegadas dificuldades fiscais, desconsidera solenemente reajustes remuneratórios que já haviam sido aprovados pelo Poder Legislativo e sancionados pelo Presidente da República.

Sim, o rótulo pomposo que anuncia “postergar a eficácia de efeitos financeiros” não engana: trata-se tão somente de negativa de direito adquirido dos servidores públicos, protegido pela Constituição Federal (art. 5º, inc. XXXVI). Afinal, uma vez reajustados os vencimentos dos servidores, os novos valores passam a compor o patrimônio do servidor público.



Aliás, quando declarou a inconstitucionalidade da mal sucedida MP 805/2017 – que no ano passado tentou realizar o mesmo avanço sobre os servidores públicos – o Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, afirmou muito corretamente:

*Se é verdade que o Chefe do Executivo pode muito, ao adotar medidas provisórias, também é fato que a ele não é dado fazer tudo com tais instrumentos. À toda a evidência, não lhe é possível desconstituir direitos adquiridos, outorgados por lei formal, por meio de um ato unilateralmente subscrito. Nem mesmo uma lei posterior de mesmo nível hierárquico poderia fazê-lo. (ADI 5809/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, decisão de 31/01/2018, p. 22)*

Não pode, o Poder Executivo, fazer com que o servidor público arque com as consequências das alegadas dificuldades fiscais, cuja causa verdadeira são as prebendas fiscais com as quais este governo beneficiou setores privilegiados da economia.

São essas as razões que tornam indispensável a aprovação da presente emenda, sem prejuízo do apoio que a Autora se compromete a prestar em relação a medidas igualmente perversas adotadas no que diz respeito a outros segmentos.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2018.

Deputada **ALICE PORTUGAL**

